CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Paulo Antônio dos Santos Júnior
Universidade do Estado da Bahia
paulo.junior5@nova.educacao.ba.gov.br

O presente trabalho é resultado de um estudo parcial realizado na pesquisa de doutoramento no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC-UNEB) que tem como objeto o controle social das políticas educacionais no município de Salvador, partindo da seguinte indagação: qual é a ocorrência de estudos sobre a temática controle social das políticas educacionais em periódicos dos repositórios da CAPES e do google acadêmico? O objetivo foi verificar a ocorrências de estudos acerca da temática “controle social das políticas educacionais” em periódicos desses repositórios. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática que, de acordo com Sampaio e Mancini (2007) consiste na coleta de dados na literatura de um tema determinado. A partir do termo descritor “controle social das políticas educacionais” se buscou localizar artigos científicos publicados entre 2019 e 2023, tendo como critério para a seleção estudos realizados sobre controle social em redes municipais de ensino. No repositório CAPES foram encontradas 30 ocorrências, tendo outras 63 ocorrências registradas no google acadêmico. Após leitura dos títulos e resumos foram excluídos 23 trabalhos oriundos do banco de periódicos CAPES e 57 na base do google acadêmico, restando 13 trabalhos. Depois da leitura na íntegra desses artigos, foram excluídos 8, o que conferiu um saldo final de 5 artigos científicos.

Após 36 anos da promulgação da Constituição Cidadã que instituiu no artigo 206 o princípio da gestão democrática da educação, o controle social dos serviços ofertados pelo poder público ainda não está consolidado na sociedade brasileira. Esse quadro se agravou com o crescimento do movimento ultraconservador no Brasil e com a chegada de seus representantes ao poder, em 2019. Empunhando a bandeira da desregulamentação estatal e privatização dos serviços públicos promoveram medidas que criaram obstáculos importantes para a democratização de serviços públicos importantes, como a educação, bem como para o controle social, contrariando o viés democrático da atual legislação. É

a partir desse princípio que devem ser engendrados os dispositivos legais e mecanismos para que a sociedade civil exerça o direito do controle social das políticas educacionais. Nessa perspectiva, Paro (2000) chama atenção para a importância da existência de princípios constitucionais que garantam às instituições da sociedade civil a defesa de seus direitos perante o Estado. Desse modo, a escola pode constituir-se enquanto um núcleo de pressão para exigir o atendimento do direito à educação, especialmente das camadas populares que historicamente têm tido negado seu o direito a uma educação pública de qualidade, de modo que a escola alcance por meios democráticos os objetivos educacionais que lhes são inerentes (PARO, 2000). Para tanto, se faz necessário pressionar o Estado, assim como os detentores do poder político para que a escola exerça de forma autônoma e com qualidade a sua função social. Por isso, torna-se imprescindível a participação popular na gestão de instituições que oferecem serviços ofertados pelo poder público, como a escola pública. Com base no atual ordenamento jurídico do país, os conselhos são os espaços que possibilitam a sociedade civil exercer o controle social. No que se refere às políticas educacionais, existem os Conselhos Municipais de Educação (CME) e nas próprias escolas os conselhos escolares, também conhecidos como colegiados, têm um percentual de sua composição destinados aos representantes da sociedade civil. Entretanto, o quanto esses espaços contribuem para que a sociedade exerça o controle que lhe é garantido na forma lei, deve ser objeto de reflexões. Notadamente, a sociedade brasileira possui uma incipiente experiência democrática, o que implica em obstáculos importantes para a participação da população nos diferentes níveis da administração pública. Por seu turno, pensar no controle social das políticas públicas implica pensar no controle do próprio Estado pela sociedade. Isto é, a democratização das políticas públicas, especialmente das educacionais, deve ser um desdobramento do processo de democratização do próprio estado brasileiro. Assim, a sociedade civil deve se apropriar democraticamente do Estado, bem como de suas instituições (PARO, 2000). Embora a atual legislação educacional aponte nessa direção, a falta de clareza do conceito do termo “democracia” expresso nos dispositivos legais também tem dificultado uma compreensão que concorra para a participação popular nos assuntos da administração pública.

Araújo e Mororó (2020) demonstram em um estudo realizado em conselhos municipais de educação de dois municípios do sudoeste da Bahia, que a gestão pública

sofre com ingerências e com o patrimonialismo que resistem na estrutura da administração pública, especialmente, em municípios menores, o que acaba limitando o controle social das políticas públicas. Em outro estudo, Sousa e Santos (2021) analisaram as perspectivas de gestão escolar na rede municipal de Altamira/PA e concluíram que a perspectiva de controle social praticado na realidade investigada não pauta a efetividade das necessidades institucionais enquanto possibilidade para o planejamento e acompanhamento da gestão educacional do municipal. Em outro estudo, Correa e Andrade (2023) tomaram como lócus o Conselho Municipal de Educação, Conselho de acompanhamento e Controle Social do Fundeb, do Fórum Municipal de Educação, da Legislação e das políticas dos sistemas Municipais de Educação e do comitê Local do compromisso Todos pela Educação para análise da participação social na gestão da educação pública municipal no Brasil. Ancorados em uma revisão bibliográfica sistemática, concluem que existem lacunas a serem preenchidas por estudos que se proponham analisar concomitantemente os órgãos colegiados, a legislação e as políticas públicas referentes à participação social. Por seu turno, Oliveira e Scaff (2022) analisaram o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Educação tomando como referência a concepção de participação e controle social presente na lógica de sua elaboração no contexto das Conferências nacionais de Educação. Com base na análise dos dados dos Relatórios de Acompanhamento referentes ao controle externo realizado pelo Tribunal de Contas da União, os autores identificam fragilidades no âmbito da atuação da União, especialmente nas relações federativas, que comprometem a materialização dos planos decenais de educação, diante dos ataques à democracia, bem como às instâncias de controle social.

O controle social é importante não apenas para a democratização das políticas públicas, mas também para a avaliação e aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo poder público. Nesse sentido, os conselhos devem ser espaços que promovam a participação de representantes da sociedade civil nos processos de gestão das políticas públicas. Todavia é possível verificar limitações na atuação dessa representação no âmbito dos conselhos (LIMA, BRITO e ALVES, 2019; ARAÚJO e MORORÓ, 2020; PEREIRA, SOUZA e SANTOS, 2020; OLIVEIRA e SCAFF, 2022).

A análise dos estudos demonstrou que a temática do controle social das políticas educacionais tem se concentrado no âmbito dos Conselhos Municipais de Educação e

destacou a importância desses espaços enquanto possibilidade de participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas. Entretanto, a existência por si só dos conselhos, não garantem o efetivo exercício do controle social, haja vista, as ingerências de ordem políticas, especialmente em municípios de menor porte, onde o poder político local acaba transformando os conselhos em extensões da administração municipal, em detrimento às suas funções de monitoramento e fiscalização, inviabilizando, pois, a sua autonomia. Pode-se verificar também possibilidades de ampliação dos estudos acerca do controle social das políticas educacionais tomando-se como locus os conselhos escolares, uma vez que estes se constituem em uma instância colegiada que conta com a participação da sociedade civil.

Palavras-chaves: Políticas Educacionais; Gestão Democrática; Controle Social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C.S.F.; MORORÓ, L.P. O conselho municipal de educação como instrumento de controle social das políticas educacionais. *Jornal de Políticas Educacionais*. v.14, n. 30, Jul, 2020

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 10ª Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014.

CORRE, R.N.G; SANTOS, T.F.A.M. Tendências atuais da pesquisa sobre participação social na gestão da educação pública municipal no Brasil. Curitiba. *Revista Transmutare*, v.8, p.1-10, 2023

OLIVEIRA, M.S.; SCAFF, E.A.S. Plano nacional de educação (2014-2024): primazia do controle externo via TCU e (in)viabilização do controle social.

PARO, Vitro Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Ática, 2000.

PEREIRA, M.S.V.; SOUSA, R.; SANTOS, T.F.A.M. Gestão educacional municipal em Altamira/PA: possibilidades de gestão democrática e controle social. *Brazilian Journal Development*. Curitiba, v.7, n.10, p.100376-100399, Out, 2021.

LIMA, F.W.C.;BRITPO, M.G.R.; ALVES,A.S. O debate atual sobre o (des)controle socialna gestão das politicas educacionais

SAMPAIO, R. F; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista brasileira de fisioterapia. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, Feb. 2007.